



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 21

Interessado(a): Olivar Correa Brasil Junior

Questionamento:

Solicito a anulação da referida questão, pois à mesma destacou como única preocupação "apenas as necessidades financeiras das unidades organizacionais". Esse interesse financeiro era mínimo, pois o que se destacava era o aspecto jurídico, segundo o livro Orçamento Público / James Giacomoni, 14ª ed., São Paulo, editora Atlas S.A. - 2009, pág. 54.

Parecer:

O candidato se equivocou quanto a questão por se referir somente ao aspecto jurídico da questão, segundo o autor Giacomoni.

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 22

Interessado(a): Aldeize Felix de Ancelmo

Questionamento:

A Resolução CFC nº 1.128/08 que aprovou a NBC T 16.1, foi revogada a partir do 01/01/2017 pela NBC TSP Estrutura Conceitual, conforme publicação no DOU 04/10/2016, seção 1. Conforme interpretação do CFC, por serem entidades sem fins lucrativos, quanto aos serviços sociais aplica-se a ITG 2002. Portanto, a questão está desatualizada.

Parecer:

Embora a questão esteja correta, esta desatualizada.

Resposta: ANULAR A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 22

Interessado(a): Hewerton da Silva Menezes

Questionamento:

Questão desatualizada. Os escopos Integral e Parcial NÃO existem mais, pois fazem parte da NBC T 16.1 (REVOGADA). Os escopos atuais, segundo a nova NBC T SP, são o Obrigatório e Facultativo.

Parecer:

Embora a questão esteja correta. Mas esta desatualizada.

Resposta: ANULAR A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 23

Interessado(a): Olivar Correa Brasil Junior

Questionamento:

Solicito anulação da referida questão, pois no seu bojo não menciona se é conforme o MTO (Manual de Técnico de Orçamento) ou a doutrina. Na (letra D) foi afirmada a Estrutura Programática como considerada a mais moderna das classificações orçamentárias da despesa, sendo que, na verdade, a mais moderna é a Estrutura Funcional-programática. E há diferença entre as duas, pois na Funcional-Programática consta a junção das Estruturas: funcional e programa. Reforço ainda que para Giacomoni (1998, pág. 90), a mais moderna das classificações orçamentárias seria a Funcional-programática.

Parecer:

O candidato se refere a um autor de 1988- Giacomini. No entanto a partir o Manual Técnico de Orçamento (MTO-02) para o ano 2000, iniciou a classificação como estrutura programática. E permanece até o momento.

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 25

Interessado(a): Hewerton da Silva Menezes

Questionamento:

Segundo o gabarito divulgado, a alternativa correta é a "C". Acontece que a LDO não estabelece diretrizes, apesar de seu nome. O PPA é o único que estabelece diretrizes, objetivos e metas, art. 165, § 1º, CF. No § 2º, do art. 165, fica claro que a LDO apenas compreenderá as metas e prioridades.

Parecer:

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 165, parágrafo 2º, a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública federal, e dispõe ainda sobre:as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos da União e suas alterações;...O candidato não completou o restante do artigo da Lei.

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 25

Interessado(a): Olivar Correa Brasil Junior

Questionamento:

solicito a anulação da questão, pois ela deixa discussões. A questão afirma que a LOA deve ser elaborada em consonância com os objetivos do PPA e as diretrizes da LDO, deixando ao entendimento do candidato que as diretrizes fossem características somente da LDO, porém as diretrizes orçamentárias são características também do PPA. E, apesar de LDO ser a base para formulação da LOA, essa não pode contrariar o PPA.

Parecer:

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 165, parágrafo 2º, a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública federal, e dispõe ainda sobre:as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos da União e suas alterações;...

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 28

Interessado(a): Hewerton da Silva Menezes

Questionamento:

Segundo o edital, o que é cobrado é apenas o plano de contas aplicados ao setor público, não incluindo assim, TEORIA DAS CONTAS. A prova tem que se manter fiel ao edital, segundo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, art. 3, caput, Lei 8666/93.

Parecer:

O candidato não está correto quanto ao questionamento, mas porque a assertiva (resposta) está incorreta.

Resposta: ANULAR A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 28

Interessado(a): Rayza Santos do Nascimento

Questionamento:

A questão possui quatro afirmativas corretas, são elas as afirmativas I, II, III E IV.

A teoria patrimonialista entende que o patrimônio é o objeto a ser administrado; desta forma, esta teoria separa as contas que representam a situação estática (patrimônio ou $A = PE + PL$) das contas que representam a dinâmica da situação (receitas e despesas):

Contas Patrimoniais – representam a situação estática, ou seja, o Patrimônio (os elementos ativos e passivos), que são os bens, direitos, obrigações com terceiros (PE) e o Patrimônio Líquido (PL).

Contas de Resultado – representam a situação dinâmica, as variações patrimoniais, ou seja, as contas que alteram o Patrimônio Líquido (PL), receitas e despesas e demonstram o resultado do exercício.

Por isso, a afirmativa IV também está correta.

Parecer:

O candidato está correto.

Resposta: ANULAR A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 31

Interessado(a): Olivar Correa Brasil Junior

Questionamento:

Solicito a anulação da referida questão, pois, de acordo com o MTO, edição 2020 (versão 14), pág. 30, estrutura programática tem a seguinte indagação: O que se pretende alcançar com a implementação da política pública?

Parecer:

A classificação Estutura programaticas tem as seguintes indagações: programa - qual e o tema da politica pública?; objetivo - O que se pretende alcançar com a implementação da Política Pública? Iniciativa - O que será entregue pela Política Pública?

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 35

Interessado(a): Hewerton da Silva Menezes

Questionamento:

Questão cobrando classificação da unidade contábil, o que claramente não consta no edital. A prova tem que se manter fiel ao edital, segundo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, art. 3, caput, Lei 8666/93.

Parecer:

A referida questão esta relacionada ao Patrimônio, objeto do Edital.

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 36

Interessado(a): Hewerton da Silva Menezes

Questionamento:

Segundo o gabarito anunciado, a resposta correta para essa questão é a alternativa "E". Acontece que, segundo o art. 78, inc., VI, a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação é inclusive motivo de rescisão de contrato por parte da Administração Pública. Já a alternativa "A" considera os contratos administrativos como bilaterais, o que é aceito como correto por boa parte dos doutrinadores, acontece que a Administração Pública pode rescindir o contrato de forma unilateral, levando em consideração o bem comum, porém esse dispositivo NÃO faz com que o contrato NÃO seja bilateral, pois ele é.

Parecer:

O candidato se equivocou mencionando contratos bilaterais, a referida resposta trata de acordos bilaterais. Em um acordo, as partes buscam modificar ou extinguir direitos ou obrigações que são comuns a elas, enquanto nos contratos as partes criam obrigações e / ou direitos, estes tendo uma essência patrimonial.

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 36

Interessado(a): Wandson Pimentel Filgueiras

Questionamento:

Prezado examinador, respeitosamente, venho solicitar a anulação da questão nº 36 tendo em vista que há duas respostas possíveis para o supracitado item. Além da alternativa E, como retrata o gabarito preliminar, há doutrina no âmbito do direito administrativo que pode sustentar a alternativa C como alternativa correta também. Vejamos a seguir:

Os contratos administrativos enquadram-se na categoria dos denominados contratos de adesão. Em um contrato de adesão, uma das partes propõe as cláusulas e a outra parte não pode propor alterações, supressões ou acréscimos a essas cláusulas. Nos contratos de adesão, a autonomia da vontade da parte que adere ao contrato é limitada à aceitação, ou não, das condições impostas para a formação do vínculo. A parte não é obrigada a aceitar as cláusulas propostas, mas, uma vez que não pode modificá-las, sua manifestação de vontade resume-se à não celebração do contrato, se for o caso. [PAULO; MARCELO, 2017, p. 603-604]

Em regra, todas as cláusulas contratuais são desenhadas pela Administração, quer dizer, são regras fixadas unilateralmente, cabendo à contratada apenas a assinatura, a aderência aos termos do contrato. [BORGES; SÁ, 2018, p. 621]

Ante ao exposto, solicito o deferimento deste pedido, haja vista que os contratos administrativos PODEM ser considerados contratos de adesão e portanto a alternativa C também estaria correta.

REFERÊNCIA

PAULO, Vicente; Alexandrino, Marcelo. Direito Administrativo descomplicado. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017

Cyonil Borges; Adriel Sá. Manual de Direito Administrativo Facilitado. 2. Ed. Salvador. Juspodvim, 2017

Parecer:

Em que pese a Administração Pública fixar as normas nos contratos administrativos de forma unilateral, eles não podem ser considerados contratos de adesão. Segundo a Maria Sylvia Di Pietro, “todas as cláusulas dos contratos administrativos são fixadas unilateralmente pela Administração”. Prossegue a autora: “costuma-se dizer que, pelo instrumento convocatório da licitação (que vai acompanhado da minuta do contrato), o Poder Público faz uma oferta a todos os interessados, fixando as condições em que pretende contratar. a apresentação de propostas pelos licitantes equivale à aceitação da oferta feita pela Administração”.

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 37

Interessado(a): Hewerton da Silva Menezes

Questionamento:

As alternativas "A" e "B" da questão 37, fazem referência a Lei 10520/2002 (Lei do pregão), não constante no edital, apenas consta a Lei 8666/93. A prova tem que está fiel ao que é cobrado pelo edital, segundo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, art. 3, caput, Lei 8666/93.

Parecer:

A questão se refere ao item 8. Administração Pública: licitações e Contratos Públicos.

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 41

Interessado(a): Marcia Helena Batista Marinho

Questionamento:

Solicito a anulação da questão por conter duas alternativas incorretas “c” e “d”, induzindo ao erro, conforme a Lei 4.320/64 em seu art. 45. e Constituição Federal, art. 167, §2º:

Lei 4.320/64, Art. 45. “Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.”

Constituição Federal, art. 167, § 2º “Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.”

Alternativa c está incorreta porque os créditos suplementares estão adstritos ao exercício financeiro de vigência, não comportando prorrogação (reabertura)

Alternativa d está incorreta porque comporta clara exceção ao princípio da anualidade, de estatura Constitucional, pois sua vigência não está adstrita somente ao ano de autorização, conforme induz ao erro a assertiva, não podendo afirmar categoricamente sua vigência ao ano de autorização.

Parecer:

O candidato se equivocou, a questão se refere a alternativa incorreta. Assim a alternativa C esta incorreta. E a questão D, esta correta. Uma vez que a questão se refere as características dos créditos especiais e não das exceções.

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021



Resposta a Recurso contra Questão de Prova

Concurso Público UFAM 2021 - Nível Médio - Edital nº 06/2021/GR de 02/03/2021

Cargo: Técnico em Contabilidade - NM50

Disciplina: Conhecimentos Específicos do Cargo – Questões: 21-45

Nº da Questão: 44

Interessado(a): Olivar Correa Brasil Junior

Questionamento:

Solicito a anulação da referida questão, pois a questão não faz referência a alguma lei ou norma deixando interpretações diversas. Exemplo: na otimização/eficiência dos custos e resultados, econômicos ou não, no caso da letra C, há também numa percepção macro do pensamento sobre custos, a percepção de economia dos mesmos, pois o gasto com eficiência gera economia para o Estado e oportunidades de mais programas serem desenvolvidos. Tornando assim o gabarito questionável.

Parecer:

A questão trata de orçamento Público: projetos e atividades.

Resposta: MANTER A QUESTÃO

Data de Publicação: 12/08/2021